



Conselho de Direitos Humanos será criado ainda neste ano

(foto Alberto Neves)



Participantes do encontro estão confiantes de que o Conselho catarinense possa se tornar uma realidade ainda neste ano

Um grupo integrado por representantes do Ministério Público Estadual, da OAB/SC, do Conselho Nacional de Direitos Humanos, do Poder Executivo estadual e da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais,

de Apoio à Família e à Mulher do Parlamento catarinense vai elaborar o piloto do projeto de lei que criará o Conselho Estadual de Direitos Humanos.

O encaminhamento foi um dos resultados de audiência pública realizada no último dia 23, na comissão

presidida pela deputada Ana Paula Lima (PT), atendendo solicitação do deputado Paulo Eccel. Depois de pronto, o piloto será remetido pelo Executivo, a quem cabe a prerrogativa de apresentar este tipo de proposição, conforme determinação constitucional.

Página 7

CCJ aprova consulta popular sobre uso da água

O projeto de decreto legislativo que estabelece a consulta aos catarinenses sobre a cobrança do uso da água, prevista pelo Projeto de Lei nº 292/04, de origem governamental, passou pela Comissão de Constituição e Justiça, presidida pelo deputado Jorginho Mello (PSDB). A proposta é de autoria do deputado Afrânio Boppré (PT) e ainda deve passar pela apreciação do Plenário.

Página 6

Senado discute convenção em Florianópolis

Autoridades da área de saúde pública e fumicultores reuniram-se na sexta-feira (26), a partir das 15 horas, no auditório do Senac, em Florianópolis. Vão discutir o relatório do senador Heráclito Fortes (PFL-PI) sobre o Decreto Legislativo nº 602/04, que aprova a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco. A matéria precisa ser votada no Congresso Nacional até o dia 7

de novembro para que o Brasil possa participar da conferência internacional, em fevereiro de 2006. A conferência vai debater a adoção mundial de medidas de combate ao fumo, incluindo apoio financeiro internacional aos países mais pobres. O tema preocupa os parlamentares catarinenses, já que a fumiicultura em Santa Catarina representa o sustento de milhares de agricultores.

Página 4

Remanescentes de escravos querem titulação de terras

A representante da Associação Remanescente dos Quilombos Invernada dos Negros, de Campos Novos, Vanda Gomes, utilizou a tribuna da Alesc na tarde de quarta-feira (24) para pedir a ajuda dos parlamentares no cumprimento do Decreto Federal nº 4.887/03, que regulamenta o processo de titulação de terras de quilombos. Ela estava acompanhada por integrantes da entidade, que ocuparam as galerias do Plenário.

O decreto é fruto de intenso esforço de um grupo de trabalho organizado pela Casa Civil da Presidência da República, que regulamenta procedimentos para a implementação do Artigo 68. Este artigo sustenta todas as políticas federais voltadas a garantir o direito à terra para as comunidades quilombolas. "Não vamos deixar esse decreto ser derrubado, pois ele firma igualdade entre a comunidade e a sociedade. Estamos aqui para dizer ao governo que as verbas destinadas à comunidade têm que chegar lá."

A comunidade, que tem 120 famílias descendentes de escravos, está localizada em terras herdadas nos municípios de Campos Novos e Abdon Batista. Possui infra-estrutura precária, não atendendo às suas necessidades básicas. Conforme Vanda, o PFL entrou com uma ADIN (Ação Direta de Inconstitucionalidade) que pede que seja anulado o Decreto Federal nº 4.887/03, o que pode inviabilizar a garantia do direito à terra às comunidades quilombolas de todo o país. "A comunidade vai lutar contra isso. Viemos aqui para pedir que essa ADIN seja retirada. Estamos unidos para lutar por nossos direitos."

O Incra também recebeu a visita dos representantes da comunidade que solicitaram encaminhamentos em relação às políticas públicas. "A comunidade conta apenas com o Fome Zero e o Programa Luz. Não temos nada em relação ao que diz respeito à saúde, educação e moradia." (GMP)

(foto Eduardo Guedes de Oliveira)



Vanda: "Que se cumpra a lei"

Ainda e novamente a “descentralização”

Com a investidura do atual governador, a “descentralização” passou a ser uma palavra – e mais que isso – uma prática disseminada por toda Santa Catarina.

Exercendo a coerência, virtude não comum a todos os políticos, Luiz Henrique deu concreção, no governo, ao compromisso assumido, enquanto candidato, com a gente catarinense, que o sufragou no pleito de 2002.

Era certo que, por representar uma nova postura, verdadeiramente revolucionária, porque oposta a antigos paradigmas, viesse a suscitar polêmica e inquietação, sobretudo de parte dos partidos oposicionistas.

A descentralização – tanto quanto a desconcentração – é procedimento há muito conhecido, contudo pouco utilizado.

Com efeito, a genialidade de Alexis de Tocqueville, já sobre a descentralização se manifestara no século 19, ao propugnar “que o fortalecimento do poder local servia como freio para o gigantismo do Estado e para o ímpeto controlador do governante”.

Justamente por representar nítida e evidente redução dos muitos poderes governamentais, a descentralização já foi, incontáveis vezes, cantada em prosa e verso, todavia, nunca foi efetivamente posta em prática como agora está sendo em Santa Catarina.

Estranho é que, os arautos anti-descentralização, apenas por emulação política, para continuarem a exercer acerba crítica contra o governo do Estado, deixem de considerar o que consta, literalmente, do estatuto do partido a que pertencem que, ao dispor sobre “diretrizes organizacionais e administrativas para o Estado” estabelece, de modo peremptório “a descentralização das decisões, recursos, funções e encargos da União para as unidades da federação e Municípios, por meio de adequado planejamento, de modo a possibilitar melhor atendimento às necessidades, peculiaridades e especificidades locais e regionais, e a garantir o apoio efetivo às regiões mais pobres” (*Estatuto do Partido Progressista – PP*).

Ou seja: na prática, a teoria, por motivação eleitoral, é outra.

Deputado João Henrique Blasi (BMDB)

Plebiscito já!

Tramita na Assembléia Legislativa projeto de lei enviado pelo governador LHS que trata da política de recursos hídricos para Santa Catarina. Em síntese, este conjunto de normas – que, aliás, é idêntico à lei aprovada pelo governo do Ceará –, define que a água é um bem de valor econômico e, portanto passível de ter um preço. Você conhecia esta pretensão? A iniciativa, bem própria da sociedade capitalista em que vivemos, terá impacto na economia e, por conseguinte, na população, sobre quem recairá o custo final. O governo usa um sofisma para dizer que não está criando uma taxa, mas sim “uma cobrança de preço público, em retribuição pelo uso de um bem público”. Jogo de palavras à parte, entendemos que a questão é de tal abrangência que a decisão deve ir além dos limites do legislativo, não ficando restrita aos parlamentares. Por isso propomos a realização de um plebiscito que dará a possibilidade de os eleitores catarinenses se manifestarem, proposta aprovada já na Comissão de Constituição e Justiça da Casa, dia 23. Mais do que um exercício de democracia participativa, aquela em que o cidadão exerce seu direito de interferir nos des-

tinios do Estado, esta consulta possibilitará um amplo debate sobre a questão, levando informações e esclarecimentos à população. Deve ser dado conhecimento aos catarinenses dos motivos, do conteúdo e, especialmente, das repercussões de tal lei, e não mantê-la restrita a alguns gabinetes de técnicos e de parlamentares. Uma iniciativa básica, mas relegada pelas autoridades estaduais. Entendemos que a água é um bem natural que a Natureza disponibiliza a todos, mas o governo, em seu projeto, considera a água um bem público cujo uso deve ser remunerado. Será que o leitor pensa da mesma forma? A Igreja Católica, por exemplo, já se manifestou. Dez bispos integrantes da CNBB Regional Sul encaminharam-nos documento em que se posicionam favoráveis ao plebiscito. Também a Igreja Católica, afirmam, vê a água como um bem público, patrimônio da humanidade – portanto, sem valor econômico. A população, dizem os signatários, deve ser chamada para dar seu parecer sobre assunto de tal importância em sua vida. E este parecer seria dia 23 de outubro, data do plebiscito nacional sobre comércio de armas.

Deputado Afrânio Boppré (PT)

Livros na Alesc

50 anos da Copa Lord

No dia 24, foi lançado em evento realizado na Assembléia Legislativa o livro *Quem vem lá? A história da Copa Lord*, de autoria de Abelardo Henrique Blumemberg, o Azevous, único fundador da Copa Lord ainda vivo. O livro retrata os 50 anos da escola.

No evento, o carna-

lesco José Alfredo Beirão Filho apresentou o enredo do Carnaval 2006 da escola. A Cidadã e o Cidadão do Samba, Jaqueline Aranha e Adilson Coelho, receberam o Troféu 50 anos da Copa Lord. O Corral Mont Serrat e a Velha Guarda também participaram do lançamento.

Política e humor

No dia 25 foi a vez do lançamento do livro *Imagine Só – Charges Virtuais*, crônica que satiriza a política brasileira do período de 1987 a 1992. A crônica do autor Benjamim Silva passa pelos mandatos dos ex-presidentes José Sarney (PMDB) e Fernando Collor, dos ex-governadores Pedro Ivo Campos (PMDB), Casildo Maldaner (PMDB) e Wilson Kleinübing (PFL), e dos ex-prefeitos de Florianópolis Edson Andrino (PMDB), Esperidião Amin (PP) e Bulcão Vianna (PFL).

Benjamim Silva é catari-

nense de Rio do Sul, mas reside em Florianópolis há mais de vinte anos. Ex-funcionário da secretaria estadual da Fazenda, Benjamim lecionou Economia na Unoesc (Universidade do Oeste de Santa Catarina), em Videira.

O autor tem dois outros livros lançados: *As Flores do Caminho*, livro de poesias, e *Você na Vitrine*, a responsabilidade pela linguagem para quem lida com o público. “Este último é um alerta para o momento delicado que vive o nosso idioma”, explica o autor. (DAB/MAP)

Agenda

Dia 29, 19 h – Sessão solene em homenagem ao Dia dos Bancários
Local: Plenário

Dia 30, 9 h – Comissão de Justiça – Audiência pública para discussão do PLC 15/05, que institui o serviço auxiliar temporário na Polícia Militar

Local: Plenário

Dia 30, 19 h – Exposição Baleias da Costa Catarinense

Local: Hall da Assembléia Legislativa

Dia 31, 9 h – Comissão de Finanças – Audiência pública para demonstrar e avaliar o cumprimento das metas do 1º quadrimestre deste ano

Local: Plenário

Dia 1º, 14 h – Comissão de Segurança Pública – Audiência pública que vai tratar do plebiscito do desarmamento

JORNAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Mesa

Presidente: Julio Garcia (PFL)

1º Vice-Presidente: Hermeus de Nadal (PMDB)

2º Vice-Presidente: Nilson Gonçalves (PSDB)

1º Secretário: Lício Mauro da Silveira (PP)

2º Secretário: Pedro Baldissera (PT)

3º Secretário: Valmir Comin (PP)

4º Secretário: José Paulo Serafim (PT)

Divisão de Imprensa

Diretora: Maria Ivonete Lessa

Edição: Cleia Maria Braganholo e Mirela Maria Vieira

Coordenadora: Cármen Leite Rovira

Chefe de Redação: Rubens Vargas

Redatores: Carlos Agne, Denise Arruda Bortolon, Graziela May Pereira, Magda Audrey Pamplona, Marise Ortega Rosa, Mirela Maria Vieira, Rose Mary Paz Padilha, Rubens Vargas, Scheila Dzedzic, Suzana Couto Tancredo, Tatiana Kinoshita e Tatiani Magalhães

Assessores de gabinete: Acácio Martins, Adilson Costa, Alex Santori, Ana Maria Baggio, Ana Zandavalli, Andréa Leonora, Celso Rodriguez, Celso Rosa, Cristiane Mohr, Dayana Rampinelli, Davi Etelvino, Emanuelle Torres, Estevo Dereck, Felipe Nunes, Fernando Mattos, Iran Rosa Moraes, Ivan Pimentel, J Pacheco, Jandyr Corte Real, Jílio Cancellier, Kélen Bardini, Leonardo Lorenzetti, Luciana Pons, Linete Martins, Lisa Mara Tontini, Lisandrea Costa, Luiz Carlos Padilha, Luiz Hercílio Stefanos, Marcos Antônio Oliveira, Marianne C. Tillmann, Mário A. Henrique, Milton Alves, Moisés Madeira, Nara Cordeiro, Nikolas Stefanovich, Pedro Schmitt, Priscilla da Silva Souza, Rogér Alexandre, Rosa Marinho, Sergio Sachet, Ula Weiss, Valmir Matos, Vinicius Hamagushi, Vitor Santos e Viviane Bornholdt

Relações Institucionais: Jamile Machado, Luciano de C. Oliveira, Maria do Carmo Kravchychyn e Stela Martins

Revisão: Verlaine Silveira

Diagramação e Artes: Rafael dos Santos

Chefe da Fotografia: Jonas Lemos Campos

Fotógrafos: Alberto Neves, Carlos Kilian, Eduardo Guedes de Oliveira, Giancarlo Bortoluzzi, Jonas Lemos Campos e Solon Soares

Pesquisa e Elaboração: Celso João da Rocha, Marco Apolo de Freitas e Karina Azevedo das Neves

Expedição: Edna Schumacker, Mônica Meyer, Simone Marçal Alves e Soraia Marçal Boabaid

Estagiários Programa Antonieta de Barros: Roberta dos Santos Martins, Rodrigo César de Araújo e Suelen Regina Hilário

Impressão: Diário Catarinense

Orgão informativo semanal do Poder Legislativo de SC
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

Críticas e sugestões: 0xx48-221-2750 / 221-2751
Fax: 223-7021

alnoticias@ale.sc.gov.br

Voluntários do Hospital Infantil: solidariedade é reverenciada em sessão especial

(foto Eduardo Guedes de Oliveira)

Avos (Associação dos Voluntários da Saúde do Hospital Infantil Joana de Gusmão) foi homenageada em sessão solene, realizada na noite de quarta-feira (23), pelos seus 30 anos de fundação. A proposta de realização da solenidade foi do 1º vice-presidente da Casa, deputado Herneus de Nadal (PMDB). Ele elogiou o trabalho desenvolvido pela entidade. "Sua dedicada ação solidária de abrigar pais e parentes das crianças internadas e que necessitam de tratamento prolongado, a maioria vindas do interior, de famílias com recursos limitados, representa gestos que se revestem no mais puro e comovedor sentimento de solidariedade humana", disse.

O hospital também conta com uma casa de apoio, mantida em parceria com a Avos. Na casa há uma oficina onde o acompanhante da criança em tratamento pode aprender alguma atividade laboral que lhe sirva como terapia ocupacional e ao mesmo tempo possa lhe gerar renda. "Hoje, com a Avos completando 30 anos, as voluntárias estão empenhadas na construção de uma nova casa de apoio que possa abrigar as crianças e seus responsáveis, inclusive aquelas que receberão transplante de medula óssea, que poderão ficar em apartamentos individuais com cuidados especiais sem ocupar um leito hospitalar", citou.

Herneus lembrou ainda do Dia Nacional do Voluntariado, comemorado no dia 28 de agosto. "Iremos festejar com júbilo o dia dedicado a este tão significativo e importante movimento social", declarou. Ele destacou a presença na solenidade de um grupo de voluntárias do oeste catarinense.

O presidente da Assembléia, deputado Julio Garcia (PFL), disse que o voluntariado tem ajudado a construir uma sociedade menos injusta, já que os governos municipais, estaduais e federal não dão conta de atender a todas as demandas da sociedade. "Não podemos imaginar uma sociedade justa e feliz se não tivermos no seio dela a fraternidade

e a solidariedade", falou. Ele lembrou que os voluntários deixam, muitas vezes, de fazer seus afazeres pessoais para ajudar a outros.

O governador em exercício, Eduardo Pinho Moreira, destacou a importância das pessoas, públicas ou não, ajudarem a buscar a dignidade de todos os cidadãos. "Só nos resta dar os parabéns à Avos pela importância do trabalho desenvolvido", disse. Ele anunciou que no dia 13 de setembro o governador Luiz Henrique da Silveira estará no Hospital Infantil assinando a ordem de serviço para a construção da sala que abrigará um tomógrafo. O aparelho já está comprado e nesse mesmo dia o governador também assinará a ordem de fornecimento do tomógrafo.

Reconhecimento - O diretor do hospital, Maurício Larte Silva, entregou à presidente e à vice-presidente da Avos, Maria Gertrudes da Luz Gomes e Maria da Graça Campos Jendiroba, uma placa em agradecimento aos 30 anos de trabalho da entidade. Nadal e Pinho Moreira também homenagearam a Associação com a entrega de uma placa.

"Em 1975, ao iniciarmos nossas atividades, éramos quase que só coraçaõ. Trazíamos o desejo de servir, de ajudar, de minimizar o sofrimento da triste e complexa combinação de infância, doença e carência de recursos. Entretanto, sem nos darmos conta disso, trazíamos também valores, base do caráter e da visão de mundo, determinantes dos princípios de conduta que avalizaram o crescimento, fortalecimento e continuidade da atuação", contou Maria Gertrudes.

Participaram da sessão os deputados Manoel Mota (PMDB) e Narcizo Parisotto (PTB), a diretora geral da Secretaria de Estado da Saúde, Carmen Emília Bonfá Zanotto e o vice-prefeito de Florianópolis, Bitá Pereira (PSDB). (MAP)



As voluntárias do Hospital Infantil com o vice-presidente da Casa e Eduardo Pinho Moreira

Convênio ajudará na administração

(foto Eduardo Guedes de Oliveira)

Durante a sessão foi assinado um convênio entre a Avos e a Empresa Júnior de Consultoria em Administração da ESAG Jr./Udesc. O convênio vai possibilitar à Avos conhecimentos de gestão e administração estratégica e, aos membros da Esag Jr., um diferencial na formação acadêmica através da prestação de consultoria a uma entidade social. "Acompanhar o planejamento estratégico, assim



Parceria firmada entre Esag Jr. e Avos vai aprimorar o trabalho

como formular um Plano de Marketing, serão os objetivos da Esag Jr. ao longo deste primeiro ano de trabalho que teremos em conjunto. Mas, sem dúvida alguma, teremos a possibilidade de estender nossas atividades em ações sociais, projetos e qualquer outra atividade que colabore com o bem-estar de nossas crianças e seus familiares", declarou Gustavo Schlickmann, diretor presidente da Esag Jr.

O voluntário Aloísio Selhorst Filho trocou a roupa comum pela fantasia de

palhaço que usa para alegrar as crianças internadas no Hospital Infantil Joana de Gusmão. "Durante algumas horas da semana, tiro a minha fantasia de profissional e me transformo no Doutor Alegria", disse.

Avos - A Associação dos Voluntários da Saúde foi fundada em 1975 por um grupo de amigas que passaram a desenvolver um trabalho no antigo Hospital Infantil Edith Gama Ramos e, posteriormente, no Hospital Infantil Joana de Gusmão, inaugurado em 1979, que substituiu o primeiro. (MAP)

Orquestra terá programa na TVAL

Com produção da Escola do Legislativo e veiculação na TVAL, a OSCA (Orquestra Sinfônica de Santa Catarina) terá espaço dedicado a ela mensalmente.

O anúncio da parceria foi feito pelo presidente da Escola, deputado Celestino Secco (PP), e pelo maestro da Orquestra, José Nilo Valle, na quarta-feira (24). A idéia inicial é produzir um pro-

grama mensal, com várias veiculações na grade de programação da TV Assembléia. "Essa será uma forma de incentivar as manifestações culturais e educacionais. Educar a criança para ouvir música clássica acaba tornando-se um hábito. Além da oportunidade das pessoas conhecerem como funciona, pretendemos com esse programa

sensibilizar autoridades sobre como auxiliar a OSCA, que é um patrimônio cultural e enfrenta dificuldades de manutenção", alertou Celestino.

Para o maestro José Nilo, a orquestra tem atividade salutar e precisa se sedimentar em todas as áreas da sociedade. "O programa na TVAL deverá ter um grande retorno sociocultural". (RMPP)

Destino do lixo é discutido em Lages

Jucenei Cardozo

A Comissão de Turismo e Meio Ambiente, presidida pelo deputado Sérgio Godinho (PTB), realizou audiência pública no último 18, em Lages, para discutir com a população a destinação dos resíduos sólidos. A reunião aconteceu na Câmara de Vereadores do município. Participaram do debate o deputado Francisco Küster (PSDB), o presidente da Fatma (Fundação do Meio Ambiente), Sérgio Grando, o secretário de Desenvolvimento Regional, Elizeu Mattos, o promotor do Meio Ambiente da Comarca de Lages, George André Franzoni Gil, o secretário municipal do Meio Ambiente, João Alberto Duarte, e o vereador Áureo Antônio Arruda Ramos.

Godinho iniciou a audiência com a exibição de imagens feitas no lixão de Lages. Segun-

do o deputado, "o que mais chamou a atenção foi o lixo hospitalar". Frascos de remédios, tubos de soro e até seringas descartáveis foram encontrados. "A situação é preocupante", lamentou.

O secretário municipal do Meio Ambiente disse que o lixo hospitalar encontrado no local não é recente, está lá há vários anos. Ele garantiu que a prefeitura está cumprindo todas as exigências do Termo de Ajuste de Conduta firmado com o Ministério Público, em fevereiro deste ano, para a adequação do espaço. E anunciou o lançamento, no dia 22 de agosto, do edital de licitação para a construção do novo aterro sanitário do município. "Até o dia 31 de janeiro do ano que vem vamos regularizar a situação", assegurou.

Natural de Lages, Küster destacou a importância da audiência, visto que o problema já se

arrasta há 20 anos. "Não tenho dúvida de que cedo ou tarde será encontrada uma solução", disse o parlamentar. O deputado Godinho pediu que a Fatma e o Ministério Público sejam mais rigorosos na fiscalização para garantir que, até a desativação definitiva do lixão, o município cumpra as normas do acordo com o MP. "Não adianta simplesmente esperarmos até janeiro do ano que vem. Temos que agir desde já para evitar que a situação piore."

O presidente da Fatma acredita que até lá todos os municípios catarinenses já possuem local adequado para os resíduos sólidos. Hoje, 98% das cidades do Estado contam com aterro sanitário. Segundo ele, "só Santa Catarina tem este percentual de destinação correta do lixo domiciliar. Quando chegarmos aos cem por cento, teremos o Estado com a melhor qualidade de vida do país".



Godinho mostrou imagens do lixão no telão do Plenário

Unidades de preservação

A Comissão de Turismo e Meio Ambiente vai solicitar ao Ministério do Meio Ambiente e Ibama o acatamento das sugestões feitas pelos municípios de Ponte Serrada, Passos Maia e Abelardo Luz sobre o modelo para áreas de preservação ambiental. A criação de mais Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs), ao invés do modelo definido pelo Ministério do Meio Ambiente para a criação das reservas ambientais, estão entre as alternativas.

O pleito será feito através de moção, conforme encaminhamento feito em audiência pública realizada em Ponte Serrada no último dia 19, por solicitação do presidente da Comissão, deputado Sérgio Godinho (PTB).

Além disso, Godinho vai agendar nova audiência pública, desta vez no Plenário da Assembleia Legislativa, para "que os prefeitos e demais autoridades municipais apresentem os pleitos da região aos 40 deputados".

O encontro em Ponte Serrada debateu a criação das RPPNs em Santa Catarina e foi proposto pelo deputado. Dezenas de pessoas acompanharam a discussão, que teve lugar na Associação Atlética Aimoré. Participaram o presidente da Fatma (Fundação do Meio Ambiente), Sérgio Grando, o diretor de Meio Ambiente da secretaria estadual de Desenvolvimento Sustentável, Gianpaolo Marchesini, o secretário estadual da Agricultura, Moacir Sopelsa, o presidente da Câmara de Vereadores de Urubici,

Anerino Jeremias, o prefeito de Ponte Serrada, Sandro Favero (PP), o vereador de Ponte Serrada, Airto Modanese, o prefeito de Passos Maia, Osmar Tozzo (PMDB), o presidente da Câmara de Vereadores de Passos Maia, Josemar Perozza, e o prefeito de Vargeão, Valdemar Lorenzetti (PP).

Embora necessitem do reconhecimento do poder público, as RPPNs são mantidas e exploradas pelo dono das terras. Tais reservas foram regulamentadas pelo Decreto nº 98.914, de 1990. Os ambientalistas defendem as RPPNs como uma forma de assegurar ao proprietário o direito de permanecer e explorar a área e, ao mesmo tempo, preservar espécies nativas como a araucária.

Alternativa - Um estudo feito pela Fatma revela a existência de 213 reservas ambientais. Dessas, 35 são RPPNs. O presidente da Fundação acredita que as reservas particulares sejam uma alternativa à criação dos chamados parques nacionais, especialmente pela economia do dinheiro público. Ele lembrou que "para implantar um parque nacional, o governo federal precisa desapropriar a área e arcar com a indenização dos proprietários, o que não acontece com as RPPNs."

As prefeituras de Ponte Serrada, Passos Maia e Abelardo Luz são contrárias a criação dos parques nacionais que o governo federal pretende implantar nas três localidades. Eles não concordam com o modelo definido pelo Ibama. (JC)

Encontro analisa convenção sobre fim da fumicultura

Carlos Agne

A CRA (Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal) vem realizando uma série de encontros com a presença de fumicultores e autoridades da área de saúde pública, cujas reuniões ajudarão o senador Heráclito Fortes (PFL/PI) a colher sugestões e informações dos envolvidos, a fim de elaborar o relatório que irá dar base à decisão dos parlamentares. Na sexta-feira, 26, autoridades da

área de saúde pública e fumicultores reuniram-se no auditório do Senac, em Florianópolis, para analisar a convenção.

O assunto tem preocupado os produtores, na sua maioria concentrados na Região Sul do país, que alegam que a atividade emprega 2,4 milhões de pessoas e, segundo o presidente da Afubra (Associação dos Fumicultores do Brasil), Hainsi Gralow, a ratificação da convenção pelo Brasil irá colaborar para a extinção das lavouras.

Por outro lado, a Divisão

de Controle de Tabagismo, do Instituto Nacional do Câncer, considera que o texto do acordo internacional não prevê a eliminação das culturas de fumo. A preocupação do Instituto é que, conforme dados do Ministério da Saúde, o consumo mundial de cigarros provoca a morte de 5 milhões de pessoas (200 mil só no Brasil), anualmente, e que esse número pode chegar a 10 milhões nos próximos 15 anos, se nada for feito para evitar a expansão do consumo.

A Convenção

Este é o primeiro tratado internacional de saúde pública da história, no qual os países signatários concordam em empreender esforços para proteger as gerações presentes e futuras das consequências sanitárias, sociais, ambientais e econômicas geradas pelo consumo de tabaco e pela exposição à fumaça do cigarro.

O documento preconiza a integração de medidas para o controle do uso do tabaco. Essas medidas deve-

rão ser implementadas nos três níveis de governo. Entre outras iniciativas, estão previstos a aplicação de políticas tributárias, o aumento do preço dos cigarros, o controle do mercado ilegal, a substituição da cultura do fumo e o fortalecimento da política pública de controle do tabagismo. A implementação dessas medidas, no entanto, não tem caráter compulsório.

Aprovada por unanimidade na 56ª Assembleia Mundial da Saúde, promovida pela ONU (Organização das

Nações Unidas), em maio de 2003, a convenção entrou em vigor mundialmente em 27 de fevereiro deste ano, após ter recebido a adesão de 50 países. O Brasil assinou o acordo em 16 de junho de 2003. Porém, o Congresso Nacional precisa ratificar a adesão até o dia 7 de novembro deste ano para que o país participe das ações de combate mundial ao tabagismo. A convenção já foi ratificada por 74 dos 171 países que assinaram o documento.

Secretário dá explicações sobre uso irregular de veículos oficiais

(foto Jonas Lemos Campos)

A utilização de 24 veículos oficiais da Secretaria da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, num jantar que, supostamente, seria para o lançamento de candidatura a deputado estadual do então chefe de Polícia Civil, delegado Ricardo Thomé, e os desdobramentos do caso, motivaram a vinda à Alesc do secretário Ronaldo Benedet (PMDB), na manhã do dia 24. Benedet prestou esclarecimentos em audiência pública realizada pela Comissão de Segurança Pública, presidida pelo deputado Dionei Walter da Silva (PT). A solicitação foi feita pelo líder do PP, deputado Joares Ponticelli, em nome da bancada, após a decisão do governador Luiz Henrique da Silveira, de exonerar o delegado e o gerente de Assuntos Críticos da Polícia Civil, Murilo Canto.

O secretário informou que, assim que os fatos foram levados a público, o próprio governador tomou a iniciativa de abrir uma sindicância, fora da própria Secretaria, que culminou com a exoneração de Thomé e de Murilo das funções que exerciam. "O delegado negou que a reunião foi política e alegou que os veículos estavam no local devido a uma confraternização de policiais

que faziam um curso na Academia de Polícia, distantes poucos metros do restaurante mencionado na denúncia. Agora está correndo uma outra sindicância interna sobre os demais envolvidos e que pode resultar em processo administrativo", contou. Segundo enfatizou, a SSP tem mais de 4 mil veículos e não há condições de controlar o fluxo dos carros oficiais.

Abusos - O deputado Onofre Agostini (PFL) comentou, na ocasião, que a lei deveria coibir que policiais civis se candidatassem sem a exoneração do cargo, como acontece na PM, alegando abusos durante as campanhas. "Vocês não fazem idéia do que os policiais são capazes quando são candidatos. É uma covardia."

O secretário também foi questionado sobre uma publicação em um jornal de circulação estadual, onde aparece a foto de Benedet e o timbre do governo estadual numa veiculação em homenagem aos despachantes. "Os despachantes queriam fazer uma média comigo e acabaram me prejudicando", argumentou.

O deputado Antônio Carlos Vieira - Vieirão (PP), juntamente com Ponticelli, vai pedir informações ao jornal para sa-



Benedet (ao fundo, à esquerda de Dionei) respondeu a diversos questionamentos

ber quem assinou a autorização para essa publicação.

Os parlamentares aproveitaram a presença do secretário para abordar outros assuntos. O deputado Vanio dos Santos (PT) pediu para que Benedet se inteirasse do que ocorre no município de Angelina, onde a comunidade fez abaixo-assinado

pedindo a substituição da delegada local. O também petista Wilson Vieira - Dentinho solicitou informações sobre o número do efetivo no município de Joinville. Também participaram da reunião os deputados Sérgio Godinho (PTB), Paulo Eccel (PT), Manoel Mota (PMDB) e Simone Schramm (PMDB). (CA)

Empresários trazem propostas para a TEF

(foto Eduardo Guedes de Oliveira)

A Comissão de Finanças, presidida pelo deputado Wilson Vieira - Dentinho (PT), reuniu-se na tarde de terça-feira (23) com representantes de associações de micro, pequenas e médias empresas para receber propostas que solucionem os problemas causados pela integração do Sistema Emissor de Cupom Fiscal, e a instalação obrigatória das máquinas de cartão de crédito no Estado, conhecido como TEF (Transferência Eletrônica de Fundos).

Participaram da reunião os deputados Antônio Carlos Vieira - Vieirão (PP), Simone Schramm (PMDB), Ana Paula Lima (PT), Vanio dos Santos (PT), Dionei Walter da Silva (PT), José Carlos Vieira (PFL), Clésio Salvaro (PSDB) e o líder do governo, João Henrique Blasi (PMDB).

O líder do PSDB, deputado Clésio Salvaro, destacou a alteração promovida no Decreto nº 2.870/01, sobre a implantação da TEF. Antes, todas as micro-empresas que faturassem até R\$ 100 mil, já estariam obrigadas a implantar o sistema. "Agora o teto subiu para R\$ 540 mil por ano e as administradoras de cartão de crédito ficam autorizadas a aceitar pagamentos em vendas cujo



Novas sugestões serão encaminhadas pelos micro e pequenos empresários

pagamento tenha sido efetuado por meio de cartão", explicou.

Os micro-empresários alegam que não há condições de todas as pequenas empresas do Estado arcarem com os altos custos para implantar a TEF, que está entre R\$ 12 mil e R\$ 15 mil, e pagamento mensal de R\$ 500. "Fora isso, tem empresário que trabalha com produtos caros, que permite um alto capital de giro, mas isso não significa que ele lucre os R\$ 540 mil ano. Isso tem que ser revisto", avaliou o presidente da Ajorpeme (Associação Joinvillense de Pequenas e Médias Empresas), Johnny Becker.

O presidente da FCDL (Federação das Câmaras de Dirigen-

tes Lojistas), Roque Pellizzaro, trouxe uma proposta elaborada pelos membros da Federação a ser entregue à Comissão, com o objetivo de completar o projeto de lei do deputado Dionei, que trata do assunto. Entretanto, Vieirão alertou que faltam detalhes importantes que poderão causar problemas futuros, como novos decretos que não agradem aos empresários. "Por isso é necessário fazer um projeto de lei redondo", argumentou.

Encaminhamentos - Por sugestão de Vanio, que também é o relator do projeto de lei apresentado por Dionei, os representantes das entidades entregarão a ele uma proposta que atenda a todos os objetivos da categoria até o dia 29. "Essas sugestões serão avaliadas e acopladas ao projeto de lei". (TK)

Vieirão apresenta substitutivo ao Código de Defesa do Contribuinte

Com a apresentação de um substitutivo global, pelo deputado Antônio Carlos Vieira - Vieirão (PP), para que haja uma relação mais equilibrada entre os direitos e deveres dos contribuintes e do Fisco estadual, a Comissão de Finanças e Tributação, presidida pelo deputado Wilson Vieira - Dentinho (PT), deverá analisar somente na última semana de agosto o Projeto de Lei nº 95/05. Este projeto institui o Código de Direitos e Deveres do Contribuinte em Santa Catarina. "Só existem direitos dos contribuintes e obrigações do fisco, da maneira como está o projeto. Por exemplo, existe a necessidade de comunicação prévia do Fisco quando de uma operação de fiscalização nas empresas: 'Na semana que vem, vou verificar o cofre de sua empresa'. Até lá, o sujeito, se estiver em situação irregular, dá um jeito. Esta matéria não pode ser aprovada a toque de caixa", comentou Vieirão. A iniciativa de lideranças parti-

dárias tramita em regime de prioridade, mas o relator da matéria, deputado Manoel Mota (PMDB), solicitou prazo para que possa analisar com mais profundidade as alterações propostas por Vieirão, para então apresentar seu parecer na próxima reunião.

Habitação - Atendendo requerimento do deputado Dionei Walter da Silva (PT), a Comissão realizará audiência pública para discutir o assunto habitação popular. Inicialmente, a proposta era debater a possibilidade de redução de ICMS para materiais de construção, mas, com a ponderação de Vieirão, ampliou-se o enfoque da discussão. Ele entende que se deva discutir mecanismos para que o governo tenha um braço social, e não redução de ICMS, pois a proposição de iniciativa parlamentar apresentaria vício de origem. "Além do que, o governador não sancionaria a proposta por que esta reduziria a receita", comentou o deputado. (SD)

CCJ aprova plebiscito sobre cobrança do uso da água

Caso seja aprovado o Projeto de Lei nº 292/04, de origem governamental, que trata da Política Estadual de Recursos Hídricos, da instituição, estruturação e organização do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos, a população catarinense deverá se manifestar sobre o assunto. A CCJ (Comissão de Constituição e Justiça), presidida pelo deputado Jorginho Mello (PSDB), aprovou proposta de decreto legislativo, do deputado Afrânio Boppé (PT), que prevê a realização, no dia 23 de outubro, de plebiscito entre os eleitores catarinenses para decidir a cobrança de taxa sobre o uso da água.

No projeto do Executivo, consta que a água deve ser reconhecida como um bem público dotado de valor econômico. O uso dos recursos hídricos superficiais ou subterrâneos será cobrado de acordo com as peculiaridades das bacias hidrográficas, na forma estabelecida pelo Conselho Estadual dos Recursos Hídricos, obedecidos alguns critérios. A cobrança irá conside-



(foto Jonas Lemos Campos)

Comissão considerou importante que catarinenses sejam consultados sobre pagamento

rar o tipo de uso, a disponibilidade hídrica local, o grau de regularização assegurado por obras hidráulicas, a vazão captada, o consumo efetivo e a finalidade a que se destina.

Ainda se deverá prever a cobrança pela diluição, transporte e assimilação de efluentes de sistemas de esgotos e de outros líquidos de qual-

quer natureza, o grau de regularização assegurado por obras hidráulicas, a carga lançada e seu regime de variação, os parâmetros orgânicos físico-químicos dos efluentes e a natureza da atividade responsável. Também será definida a cobrança por exploração mineral no leito de um curso de água ou por qualquer outra atividade que possa alterá-lo.

Discussão

O relator da matéria, deputado Celestino Secco (PP), encaminhou voto favorável pela realização do plebiscito. O líder do governo, deputado João Henrique Blasi (PMDB), pelo arquivamento da proposição. E em voto vista, o deputado Vanio dos Santos (PT) apresentou substitutivo global com a determinação de permitir a participação dos eleitores inscritos até a data da consulta, admitindo a possibilidade de legislador estadual definir sobre a veiculação nas emissoras de rádio e televisão de programas sobre o tema.

Em nome da CNBB (Confederação Nacional dos Bispos do Brasil), o padre Domingos Dorigon defendeu o plebiscito para que a decisão seja feita com sabedoria e soberania. Contrapondo essa defesa e argumentando em favor da proposta governamental, Noemi Bonh, assessora jurídica do Comitê da Bacia Hidrográfica do Vale do Itajaí, explicou que a cobrança pelo uso dos recursos hídricos tem como objetivo reconhecer a água como bem econômico, dando ao usuário uma indicação de seu real valor e incentivando a racionalização do uso. (SD)

Secretário explica proposta para rodovias

O secretário estadual de Infra-estrutura, Mauro Mariani, esteve na reunião da Comissão de Constituição e Justiça no dia 23, quando falou sobre o Projeto de Lei nº 248/05, do governo do Estado, que trata da exploração, uso e comercialização, a título oneroso, das faixas de domínio e das áreas adjacentes às rodovias estaduais e federais delegadas ao Estado por empresas concessionárias de serviço público, empresas privadas ou particulares.

A fórmula estabelecida na proposta, segundo o secretário, vai ajudar a recuperar a arrecadação do Deinfra (Departamento de Infra-estrutura), manter pavimentados os 4 mil quilômetros de rodovias no Estado e permitir investimentos nos mais de 2 mil quilômetros de estradas que ainda não têm pavimentação. "Hoje arrecadamos menos de R\$ 8 milhões por ano, valor insuficiente para a realização dos trabalhos necessários. Nossa estimativa com esse projeto, que não vai onerar os pequenos co-



O deputado licenciado, atual secretário

merciantes, os pequenos proprietários, é de arrecadar cerca de R\$ 20 milhões por ano", destacou.

Diligência - Após pedido de diligência, feito pelo líder do PP, deputado Joares Ponticelli, o projeto recebeu Emenda Aditiva, em que foram incluídos valores e sanções referentes às ocupações das faixas de domínio. Fazem parte da ocupação e travessia da faixa de do-

mínio, entre outros, os acessos a estabelecimentos comerciais e industriais, chácaras, sítios, fazendas; áreas de estacionamento; e pequenos comércios, como bancas e quiosques.

Ponticelli agradeceu a Mariani pelo acolhimento da sugestão apresentada e disse estar satisfeito com a diligência. O líder do governo, deputado João Henrique Blasi (PMDB), relator da matéria, destacou a transparência do governo nos assuntos apresentados e a contribuição dos parlamentares, independente da sigla partidária. Afirmou que esse é um projeto inteligente. "Ou aprovamos, ou continuamos com as rodovias esburacadas."

O deputado Antônio Carlos Vieira - Vieirão (PP) lembrou que ainda não há definição, em instância superior, da legalidade ou não dessa cobrança. "É uma cobrança indireta, que será repassada ao consumidor, que vai reclamar. É mais um caixa, uma panelinha dentro da instituição pública, resultando em aumento da carga tributária", criticou Vieirão.

O deputado Vanio dos Santos (PT) pediu vista ao projeto, que tem votação prevista, na CCJ, na reunião do dia 6 de setembro. (RMPP)

Unale propõe mudanças nos processos legislativos

A Unale (União Nacional dos Legislativos Estaduais) encaminhou às 22 assembleias estaduais filiadas uma minuta de PEC (Proposta de Emenda Constitucional) que modifica o processo legislativo no âmbito federal e, por simetria, nos planos estadual e municipal.

A proposta modifica os artigos 61, 63 e 66 da Constituição Federal e propõe que os legislativos possam iniciar projetos de lei sobre quaisquer temas, mesmo os de iniciativa reservada, mediante

beração da maioria absoluta dos membros das Casas Legislativas. Também restaura a norma da Constituição de 1946, no sentido de que, nos casos de projetos de lei que apresentem vícios de iniciativa ou emendas, a sanção do Poder Executivo poderá suprimi-los.

O deputado Celestino Secco (PP), relator da proposta, explicou que o objetivo é dar mais agilidade ao processo legislativo e permitir que os legislativos possam iniciar projetos de lei sobre quaisquer temas, mesmo os de iniciativa reservada, mediante

Por favor, informar a respeito das mudanças...

Direitos Humanos

Entidades mobilizam-se para criar Conselho

Instituições vinculadas ao movimento pelos direitos humanos em Santa Catarina deram um grande passo para a implantação do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos. A partir da proposta do deputado Paulo Eccel (PT), a Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher, presidida pela deputada Ana Paula Lima (PT), realizou audiência pública na manhã de terça-feira, (23). Ficou definida a criação de um grupo de trabalho para elaborar o projeto que cria o Conselho. A etapa seguinte será encaminhar a proposta ao governo do Estado, que enviará em forma de projeto de lei à Assembléia Legislativa.



(foto Alberto Neves)

Ana Paula entre Küster e Eccel (ao centro), com representantes das instituições e do governo

Representantes de inúmeras entidades que defendem os direitos humanos em Santa Catarina, juntamente com membros do Ministério Público, estadual e federal, do governo do Estado e da OAB, debateram a necessidade da implantação do Conselho Estadual, de direito e de fato, através de lei específica para que tenham maior efeito as ações dos movimentos sociais

ligados ao setor. "O movimento dos direitos humanos atua em nosso Estado desde 1996, e vemos a necessidade de contemplar a demanda existente para a promoção da cidadania em defesa dos direitos humanos, com a implantação do Conselho Estadual. Através desse encontro, estaremos dando um grande passo", observou Ana Paula.

Lembrando sua atuação nos movimentos em defesa dos direitos humanos, Eccel assinalou que, desde a década de 80, percebeu que a luta sempre foi liderada pela participação intensa da sociedade civil. "Mas ela não pode segurar sozinha essas empreitadas. O Estado tem que participar. Queremos que, efetivamente, o Estado assuma os

direitos humanos como política pública, que não fique só na responsabilidade da sociedade que carrega o peso das críticas sobre o movimento", enfatizou o parlamentar. A conselheira do Movimento Nacional de Direitos Humanos, Cíntia Pinto da Luz, frisou que a audiência pública serve como

uma provocação para que, desta vez, a implantação do Conselho "não fique apenas na retórica e seja um compromisso" das entidades que participaram das discussões, especialmente no tocante ao Poder Executivo, para que "não fique omissa neste processo".

tado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, Kelly Cristiny Cabral assegurou que o governo catarinense se empenhará para a criação do Conselho, junto com as outras instituições. "É necessário que ele seja articulado, inclusive juridicamente, para que possa receber recursos através de dotações orçamentárias", assinalou.

O grupo de trabalho será integrado por representantes do Ministério Público, OAB, Conselho Nacional de Direitos Humanos, Poder Executivo e da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Apoio à Família e à Mulher, para elaborar o piloto do projeto de lei.

Participaram do evento o deputado Francisco Küster (PSDB), o procurador regional dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal, Cláudio Valentin Cristani, o coordenador do Centro Operacional de Direitos Humanos do Ministério Público Federal, a conselheira do Centro de Direitos Humanos de Joinville, Irma Kniess, e o presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB/SC, Reinaldo Pereira e Silva. (CA)

Fórum articula criação de Câmara para alimentação

A garantia da dignidade humana, através do acesso à alimentação adequada, e a criação de uma câmara que fiscalize as fragilidades dos DHAA (Direitos Humanos à Alimentação Adequada) foram discutidas em audiência pública realizada na manhã do dia 22. O evento, proposto pela presidente do Fórum Parlamentar da Fome Zero e da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher, deputada Ana Paula Lima (PT), debateu a instituição de um órgão que estabeleça e consolide mecanismos independentes de monitoramento e investigação de denúncias de violação de DHAA.

Participaram o presidente do Consea/SC (Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional de Santa Catarina), Rui Ricardo da Luz, o secretário executivo do Consea/SC e representante do secretário estadual do Desenvolvimento Social, Trabalho e Renda, Luiz Marcelo Camargo, da nutricionista do programa Mesa Brasil do SESC, Luciana Azevedo do Nascimento, e do representante do Conselho de Direitos

Humanos da OAB/SC, Reinaldo Pereira e Silva.

Dados de 2003 atestam que mais de 32 milhões de brasileiros conviviam com o dramático problema da fome, o que exige um número maior de ações que efetivamente combatam o problema. Ana Paula defende a criação de uma Câmara que fiscalize a garantia de uma alimentação adequada à população. "O governo federal conseguiu que mais de 3 milhões de pessoas fossem empregadas com registro em suas carteiras de trabalho e sete milhões de famílias com a garantia de uma renda mínima - o bolsa-família. Mesmo assim, a luta continua para minimizar os números dos grupos de cidadãos vulneráveis ao risco da insegurança alimentar e essa audiência é o resultado de uma demanda do Consea, que ainda encontra entraves para uma ação mais eficiente e a consolidação dos preceitos constitucionais", observou a parlamentar.

Rui da Luz fez um relato sobre a questão dos direitos humanos e o direito à alimentação, depois da instituição da Declara-

ção Universal dos Direitos Humanos, em 1948, que representou a consolidação da luta histórica de grupos, populações, indivíduos oprimidos e discriminados, após o impacto das atrocidades da II Guerra Mundial. "Em 1966 foram elaborados os pactos internacionais para a operacionalização dos direitos humanos e, com o fim da Guerra Fria e o crescimento do Movimento Internacional pelos DHs, a Conferência Internacional de Direitos Humanos de Viena, em 1993, retoma e reafirma os princípios básicos da universalidade, inalienabilidade, indivisibilidade, interrelação e in-



(foto Carlos Kilian)

Rui da Luz, presidente do Conselho de Santa Catarina

terdependência, equidade e não discriminação, participação e inclusão e obrigação de prestar contas e Estado de Direito", lembrou Luz.

Encaminhamentos

A Assembléia Legislativa vai participar da Câmara Catarinense de Direitos Humanos e Garantia Alimentar. De acordo com a deputada Ana Paula Lima, será marcada uma audiência com o Ministério Público Estadual e Tribunal de Justiça para que passem a integrar a Câmara e, juntamente com os demais integrantes auxiliar os conselhos municipais na fiscalização, arrecadação de recursos para destinar as iniciativas que visem garantir alimentação adequada e de qualidade à população menos favorecida e orientação de organização.

A deputada informou que está marcada para o dia 31 de agosto, às 11 horas, uma audiência pública com o secretário do Desenvolvimento Social, Trabalho e Renda, Cezar Cim, para esclarecimentos sobre o repasse de verbas ao Consea e as políticas públicas de inclusão social. (CA/RMPP/SD)

Viagem ao Chile provoca polêmica

(foto Eduardo Guedes de Oliveira)

Informações do líder do governo, deputado João Henrique Blasi (PMDB), sobre os convites aos parlamentares para integrar a comitiva oficial do governo do Estado na viagem ao Chile, de 17 a 24 de agosto, foram contestadas por diversos deputados da oposição.

Segundo Blasi, no dia 10 foi enviado por e-mail, pelo secretário da Articulação Internacional, Roberto Collin, o convite para que oposição e situação indicassem nomes de parlamentares. Para demonstrar sua reprovação a "conteúdo" da viagem e o "tamanho" da comitiva, o deputado Ponticelli fez a leitura de nota veiculada em jornal estadual por um colunista político, denominada "Avião da alegria", em que afirma que nenhuma empresa privada jamais mandaria 24 pessoas para fazer negócios. E lembrou que a imprensa, que foi rigorosa com a missão parlamentar de intercâmbio à Itália, deve agir de forma igual quanto a essa missão oficial do governo do Estado. "Evidente que o governador não queria nenhum deputado junto para fiscalizar. Somos vistos como intrusos. Fico intrigado que, com quase 30 pessoas, não quis a presença de nenhum deputado", questionou Ponticelli.

O líder da bancada petista, deputado Paulo Eccel, disse que recebeu comunicado no dia 16, enquanto que o deputado Antônio Carlos Vieira - Vieirão (PP) apresentou documen-

to enviado pelo secretário da Articulação Internacional, Roberto Colin, ao chefe da Casa Militar da Assembléia Legislativa, tenente-coronel Ivon Jomir de Souza, comunicando a viagem do governador Luiz Henrique da Silveira ao Chile e convidando os deputados a integrarem a comitiva. "O documento não foi para o presidente da Assembléia e sim para o chefe da Casa Militar. O presidente Julio Garcia (PFL) deu o despacho no dia 15 e no dia 16 foi lido no Expediente da sessão", declarou.

O líder do PFL, deputado Antônio Ceron, confirmou que recebeu o convite somente no dia 16, um dia antes da viagem. "Não havia tempo hábil. Houve desrespeito do Executivo e da Mesa da Assembléia. Joguei o convite na lata do lixo", disse com indignação.

No horário reservado ao PT, o deputado Afrânio Boppré classificou a viagem do governador ao Chile como "inusitada" e exigiu que o chefe do Executivo preste contas da visita em seu retorno, falando sobre os reais interesses e sua eficácia para o Estado.

Diárias - A viagem ao Chile e o número de diárias liberadas pelo Executivo em julho motivaram o líder do PP, deputado Ponticelli, a apresentar pedido de informação para obter justificativas para o que considera "um escândalo", referindo-se ao número de diárias. (MOR/SD/RMPP)

Proposta impõe controle de qualidade do serviço público

Instrumentalizar a população catarinense de mecanismos de controle da qualidade dos serviços públicos prestados pelo Estado é o objetivo do Projeto de Lei nº 313/05, apresentado pelo deputado Cesar Souza (PFL), no último dia 17. O projeto estabelece normas de proteção e defesa do usuário de serviços públicos prestados pelo Estado.



Souza quer assegurar direitos

Em justificativa ao projeto, o petista afirma que "o acesso à informação e o atendimento eficaz são direitos básicos que precisam ser assegurados aos usuários dos serviços públicos, bem como a definição dos deveres do Estado, a fim de que este aja com eficiência e responsabilidade". Na proposta, está previsto o acesso do usuário a um banco de dados com a relação dos presta-

dores de serviços; composição das taxas e tarifas cobradas pela prestação de serviços públicos, recebendo o usuário, em tempo hábil, cobrança por meio de documento contendo os dados necessários à exata compreensão da extensão do serviço prestado; informações sobre gastos, licitações e contratações. O texto do projeto de lei enumera ainda, normas a serem seguidas para a manutenção da qualidade do serviço público, dispõe sobre processo administrativo e determina que os prestadores de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nesta qualidade, causarem ao usuário, a terceiros e, quando for o caso, ao poder público, assegurando o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa. (MAP)

dores de serviços; composição das taxas e tarifas cobradas pela prestação de serviços públicos, recebendo o usuário, em tempo hábil, cobrança por meio de documento contendo os dados necessários à exata compreensão da extensão do serviço prestado; informações sobre gastos, licitações e contratações. O texto do projeto de lei enumera ainda, normas a serem seguidas para a manutenção da qualidade do serviço público, dispõe sobre processo administrativo e determina que os prestadores de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nesta qualidade, causarem ao usuário, a terceiros e, quando for o caso, ao poder público, assegurando o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa. (MAP)



Comunicação oficial da viagem foi motivo de polêmica

Parlamentares cobram ação da Justiça sobre Udesc

Os alunos do curso de Pedagogia a Distância estão reclamando que a Udesc voltou a cobrar mensalidades, atitude ilegal conforme conclusão das investigações realizadas pela Comissão Parlamentar de Inquérito da Udesc. Há uma semana, o reitor da instituição, Anselmo Moraes, esteve na Assembléia Legislativa conversando com os deputados Paulo Eccel (PT) e Simone Schramm (PMDB), presidente e relatora da CPI, e garantiu que nenhum

servidor está autorizado a fazer a cobrança, prometendo verificar a denúncia.

Como o relatório da CPI foi entregue em dezembro de 2004 à Justiça, os parlamentares desejam se reunir com o Ministério Público Estadual para cobrar medidas que eliminem essa irregularidade.

A CPI da Udesc funcionou durante 14 meses e sua criação teve como ponto de partida justamente denúncias de cobrança ilegal de mensalidades. Segundo informou Eccel, tanto antes como agora os inadimplentes são registrados pela universidade no SPC e Serasa. "Continuamos instruindo os estudantes a entrar com pedido de liminar na Justiça contra essas cobranças. Até agora, em torno de 80% dos 15 mil alunos em todo o país já obtiveram êxito

em suas ações."

A cobrança da mensalidade, reclamada pelos alunos, é feita com a intermediação das prefeituras municipais e do Senac. Esse tipo de operação foi levado ao conhecimento de órgãos como a Polícia Federal, Receita Federal e MPE (Ministério Público Estadual). Na reunião que Eccel e Simone irão manter com o MPE, serão solicitadas explicações sobre essa triangulação e solicitar as devidas providências. (RV)

(foto Carlos Kilian)



Deputados Paulo Eccel e Simone Schramm

Remuneração da PM volta ao debate

O Projeto de Lei nº 300/05, de autoria do deputado Wilson Vieira - Dentinho (PT), que dispõe sobre a remuneração da Polícia Militar de Santa Catarina, trouxe o tema ao debate novamente, no último dia 17. A proposição determina que o período de transferência dos policiais será de cinco anos. "O parágrafo segundo do Artigo 45 da Lei nº 5.645, de 30 de novembro de 1979, é no mínimo equivocado. Nele, um policial quando movimentado para comissão inferior ou igual a três meses, cujo desempenho importe em deslocamento para outra localidade, sem transporte de dependente e sem desligamento de sua organização policial-militar, receberá na ida e na volta apenas metade da ajuda de custo. Desse jeito é possível a criação de vícios na utilização da lei", explicou o autor.

Isso, conforme avalia

o petista, é uma forma de facilitação, já que o policial poderá ir e voltar em menos de dois meses e receber quatro salários. "Eu acredito que transferências inferiores a seis meses prejudicam o bom desenvolvimento das atividades. Um exemplo disso é o caso de 40 policiais que foram transferidos em setembro de 2003. Esses mesmos policiais foram novamente transferidos em outubro de 2003. Até agora não constatei nenhum motivo para a transferência desses PMs. Há algo errado".

Ofício - Há duas semanas, após o deputado ter falado sobre o assunto, o comandante-geral da Polícia Militar de Santa Catarina, coronel Bruno Knih, enviou um ofício esclarecendo a denúncia



Dentinho questiona transferências

sobre a ação irregular da corporação e afirmou que as transferências ocorreram por interesse público. O pagamento decorreu da aplicação da Lei nº 5.645. Segundo o ofício, os PMs são deslocados para atender necessidades da sociedade e para suprir claros existentes no efetivo. O governo autorizou o ingresso de 900 novos policiais para evitar tais transferências, diz o documento, e o pagamento de ajuda de custo. (GMP)

Titon contesta ADIN

O deputado Romil do Titon (PMDB) manifestou indignação com a Adin (Ação Direta de Inconstitucionalidade) impetrada pela OAB/SC (Ordem dos Advogados do Brasil/SC) à Lei nº 253/03, que regulamenta a concessão de subvenções sociais às associações de bombeiros voluntários e comunitários.

A lei é de autoria do peemedebista e estabelece um valor mínimo de repasse aos municípios, de R\$ 18 mil àqueles com até 20 mil habitantes, de R\$ 25 mil aos com população entre 20 mil e 60 mil habitantes, e de R\$ 36 mil às cidades com mais de 60 mil habitantes. Anteriormente, não havia critérios e os recur-



Deputado exige aplicação da lei

sos eram repassados aleatoriamente. "A lei visa corrigir as distorções", ponderou o deputado, lamentando que, com a liminar, "tudo tenha voltado à estaca zero", por isso solicitou uma análise cuidadosa dos da-

dos, por parte do Tribunal de Justiça.

Em aparte, o deputado Antônio Carlos Vieira - Vieirão (PP) sugeriu que o parlamentar solicite ao Executivo o envio de um projeto igual ao seu para que a Assembleia Legislativa aprove e seja referendado o que está na lei do deputado. Vieirão informou que a Adin foi motivada

"simplesmente por vício formal", ou seja, por ter se originado de projeto apresentado por parlamentar, quando deveria ser apresentado pelo Poder Executivo, pois estabelece repasse de recursos, conforme determinação constitucional. (MOR)

Aprovados

Arrozeiros

Atendendo pedido dos arrozeiros catarinenses, o Legislativo aprovou moção, de autoria do deputado Nelson Goetten (PFL), solicitando medidas urgentes do Ministério da Agricultura para que o setor possa vencer os problemas e as dificuldades que vem enfrentando. O parlamentar afirma que o setor arrozeiro do Sul do país teve um custo de produção de ordem de R\$ 25,00 por saca do produto, recebendo em contrapartida do mercado consumidor preços médios de R\$ 18,50, situação que inviabiliza a atividade.

Goetten diz que, se forem confirmadas as estatísticas, haverá uma

sobra de 2,9 milhões de toneladas de arroz. Na moção enviada ao ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, são solicitadas medida do órgão, visando a aquisição, em AGFs (Aquisições do Governo Federal) de, no mínimo, 1,5 milhão de toneladas, liberação de financiamento na modalidade de EGFs (Empréstimos do Governo Federal), recursos para viabilizar pagamento do produto às cooperativas, prorrogação de dívidas contraídas junto a instituições financeiras, com prazo mínimo de três anos e taxas de juros agrícolas, e a criação de barreiras para controlar a importação do produto, com efetiva fiscalização. (CA)

Títulos

O consagrado pianista Arthur Moreira Lima vai receber da Assembleia Legislativa, o título de Cidadão Catarinense. O autor da homenagem, que ainda não tem data definida

para acontecer, é o deputado Vanio dos Santos (PT), através do Projeto de Lei nº 265/05, aprovado.

Dois projetos de lei, de autoria do deputado Gelson Meri-

sio (PFL), concedem título de cidadão catarinense ao prefeito de Chapecó, João Rodrigues (PFL), e ao empresário de Xaxim, Ulisses Vicenzi, ambos naturais do Rio Grande do Sul.

Gestor Público

A data de 11 de março foi escolhida como Dia Estadual do Gestor Público em homenagem à formatura da primeira turma catarinense de estudantes do curso de graduação em Gestão Pública, mantido pela UnC (Universidade do Contestado), em Canoinhas. O autor do Projeto de Lei nº 218/05, aprovado em Plenário, é o deputado Francisco de Assis (PT), que considera um marco na história de Santa Catarina o início de uma preparação de agentes estatais.

O parlamentar frisou que a busca incessante por melhores resultados na administração pública desafia o Estado a utilizar técnicas que modernizem estas estruturas, proporcionando o bem estar do cidadão e reduzindo o custo das atividades. "Esta realidade impõe aos agentes estatais, inclusive aqueles que detêm um mandato eletivo, a formação técnica adequada para enfrentar os desafios que a sociedade exige". (RV)

Agronegócios

Representando um terço do PIB (Produto Interno Bruto) brasileiro, 43% do total das exportações e 37% dos empregos criados no país, o agronegócio vem se destacando no cenário econômico nacional. Por este motivo, o deputado Herneus de Nadal (PMDB) apresentou o Projeto de Lei nº 17/05, aprovado pelos demais parlamentares, que institui a data de 18 de setembro como o Dia Estadual do Bacharel em Agronegócios.

Herneus informa que neste mês a Unoesc, campus de São Miguel do Oeste, formará os primeiros bacharéis em Agronegócios do Brasil. O curso tem duração de nove semestres, atividades teóricas e de campo, tem uma carga de 3.090 horas/aula e oferece 50 vagas anuais. "Pelo pioneirismo, pela magnitude do curso e pela importância que vai representar os futuros profissionais para o desenvolvimento do nosso Estado e do país, nada mais justo que homenageá-los instituindo o seu dia, a ser comemorado no dia 18 de setembro". (RV)

Vieirão defende cisão da Celesc

O projeto do governo de desverticalização da Celesc, em tramitação na Comissão de Constituição e Justiça, está sendo contestado pelo deputado Antônio Carlos Vieira - Vieirão (PP). Ele defende que o ideal não é a desverticalização, que cria uma empresa de geração e outra de distribuição de energia elétrica. A atual Celesc fica como holding, que

é uma centralizadora. "Entendo que o ideal é a cisão: a atual Celesc seria uma distribuidora e a parte de geração ficaria constituída de uma empresa de geração de energia."

O deputado Vanio dos Santos (PT) pronunciou-se pelo aprofundamento do debate sobre esse assunto e já apresentou mais de 20 emendas ao projeto. (RMPP)

Veto mantido

Os parlamentares mantiveram o veto parcial, enviado à Casa pelo governador Luiz Henrique da Silveira, ao Projeto de Lei nº 76/05, de origem governamental, que revoga dispositivos da Lei nº 111.481, de 17 de junho de 2000, que ins-

titui o Refis/SC (Programa Catarinense de Recuperação Fiscal).

Por considerar inconstitucional, de atribuição restrita do Executivo, foi vetado o Artigo 2º da proposição, nascido de emenda parlamentar que

determina que será procedida revisão de todos os processos de exclusão do Refis, ocasionados por inadimplência de tributos correspondentes a fatos geradores ocorridos a partir de 1º de outubro de 2000, passíveis de parcelamento. (RV)

Municípios do sul têm problemas com telefonia

Aproximadamente 30% dos municípios que integram a Amurel (Associação dos Municípios da Região de Laguna) enfrentam problemas com a telefonia celular. Preocupado com a situação, o deputado Genésio Goulart (PMDB) disse que tomará providências para resolver os impasses. "Vivemos em um mundo moderno, onde a comunicação é fundamental. Por isso,

julgo necessário que a população local tenha direito ao meio de comunicação."

De acordo com Goulart, a Brasil Telecom, operadora responsável pelo sistema, não está correspondendo às necessidades das cidades situadas na região. "Acredito que, se a operadora não tem suporte para atender as localidades atingidas, que assumam a responsabilidade e passe a questão para uma outra operadora". (TM)



Genésio reclamou da Brasil Telecom

Leis de emigração devem ser modernizadas

A viagem aos Estados Unidos do senador Marcelo Crivella (PL/RJ), presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito da Emigração Ilegal, com a finalidade de trazer de volta brasileiros que estavam ilegalmente naquele país, foi elogiada pela deputada Odete de Jesus (PL). Os benefícios de um projeto, em tramitação no Congresso norte-americano, tendo por meta principal conceder aos imigrantes ilegais três anos de visto, com direito a renovação por mais três, também foi pauta da missão de Crivella e outros parlamentares, informou a deputada.

Odete defende a adoção de políticas públicas que contem-



Liberal vê necessidade de ajustes nas leis

Famílias podem ter fundo de amparo

Elaboração de um projeto de lei, que permita a criação de um fundo de auxílio, a ser usado por famílias cujos parentes próximos tenham falecido no exterior, foi proposta pelo deputado Sérgio Godinho (PTB). O parlamentar acompanhou de perto a agonia dos pais de um rapaz lagesano, de 23 anos, que foi para Londres trabalhar, a fim de juntar dinheiro e acabar seu curso de Odontologia. Ele foi atropelado e faleceu.

Godinho informou que os familiares, além de terem que lidar com a perda de um ente querido, precisaram se mobilizar e arrecadar mais de R\$ 13 mil. "Isto é o mínimo que uma família irá gastar para trazer ao Brasil o corpo de uma pessoa falecida no exterior. As despesas são referentes ao processo de liberação do corpo e seu traslado, mas muitas famílias não têm onde arranjar o dinheiro."

A secretaria estadual da Segurança Pública e Defesa do Cidadão seria responsável pelo fundo, conforme explicou o pe-tebista. "Pretendemos evitar que o sofrimento das famílias se prolongue por mais tempo. Essa família lagesana esperou 20 dias para poder enterrar seu parente e é essa espera que queremos evitar."

Decreto - O parlamentar também manifestou posição favorável à suspensão do Decreto Estadual nº 3.194/05, que aprova o termo de convênio 6.719/05, e reacendeu a polêmica sobre a obrigatoriedade do registro dos contratos de alienação fiduciária nos cartórios de títulos e documentos.

A primeira vez em que se registrou essa obrigatoriedade, lembrou Godinho, foi em janeiro de 1997, com a assinatura de um convênio entre a secretaria estadual da Segurança Pública, o Detran e

o Siredoc (Sindicato dos Oficiais de Registro Civil). Desde essa data o assunto tem recebido várias críticas. "Agora o decreto vai obrigar o consumidor que financiar um carro a pagar o valor de R\$ 500", destacou, salientando que os consumidores não suportam mais a quantidade de taxas e impostos que precisam pagar, como o IPVA, renovação da carteira de motorista, seguro obrigatório, taxas de transferências, entre outras. "Esse decreto não visa benefícios para os catarinenses, por isso sou contra", destacou.

Em aparte, o deputado Antônio Carlos Vieira - Vieirão (PP) lembrou que "para falar de tributos, temos que ter muito cuidado, pois o que mais temos hoje são cobranças. Acredito que com o seu pronunciamento vamos ganhar força para derrubar esse decreto". (TK/TM)

plem e integrem a contribuição positiva do migrante, que vejam as migrações como um ganho, e não como um problema. Ela entende que este processo deve ser iniciado em nosso país, com os estrangeiros que aqui estão, para que tenhamos condições de exigir o mesmo tratamento aos brasileiros que vivem no exterior.

A deputada declarou ainda que as viagens de parlamentares, além de "enriquecerem o seu currículo, são uma oportunidade de buscar progresso para o Estado que cada parlamentar representa, bem como a sua atualização".

Creches - Odete comunicou ainda que, através da Comissão de Garantias e Direitos Fundamentais, da qual é integrante, irá propor a realização de audiência pública pretendendo solucionar o problema referente aos repasses de verbas para as creches municipais. (MOR)

Ceron está otimista com obras na BR-282

A retomada das obras do trecho da BR-282, a partir de São José do Cerrito, nos próximos 45 dias, deixou otimista o líder do PFL na Casa, deputado Antônio Ceron. O parlamentar recebeu a informação do diretor da empresa ARL, Nilton Valadares, responsável pelos trabalhos. Ceron destacou a importância do apoio do Legislativo, especialmente por tratar-se da única estrada que integra Santa Catarina de leste a oeste. Ele ressaltou ainda que é de fun-



Ceron acredita que, desta vez, a obra sai

damental necessidade colocar no mapa de Santa Catarina a conclusão desta obra. "É incontestável que é a mais importante obra de infra-estrutura no Estado".

O deputado salientou ainda a importância da audiência pública do Fórum Parlamentar Permanente, presidido pelo deputado Romildo Titon (PMDB), realizada no último dia 18, no município de São Miguel d'Oeste, para levar a toda a região as boas perspectivas de reinício das obras. "Não é mais possível que os catarinenses esperem tanto tempo para a término desta rodovia, que teve seu início em 1766", disse.

Em aparte, o deputado Onofre Agostini (PFL) afirmou estar com muita esperança de ver sair do papel a conclusão da "tão sonhada" BR-282. (MOR)

Deputados avaliam governo estadual

A descentralização implantada na administração do governo de Luiz Henrique da Silveira motivou debate entre diversos parlamentares em Plenário. O deputado Genésio Goulart (PMDB) questionou "o porquê de tanta raiva dos deputados da oposição contra o atual governador". "Nós, parlamentares, só temos um objetivo, trabalhar em prol do crescimento do Estado, e desejo que juntos possamos desenvolver este trabalho", afirmou, defendendo que há mais assuntos para se tratar do que a viagem de Luiz Henrique ao Chile. "Perguntem aos prefeitos do Partido Progressista se eles não estão satisfeitos com o atual governo", enfatizou Goulart.

Líder do PP, o deputado Joares Ponticelli citou várias obras que "não possuem o DNA do atual governo" e tiveram sua conclusão prometida para breve, o que não ocorreu até agora.

"A estrada entre Jaguaruna e o Camacho até agora teve apenas 5% da pavimentação executados. O aeroporto regional do sul, cuja inauguração foi prometida para 30 de junho, não tem previsão de término. E a pavimentação asfáltica do trecho Rio Fortuna/Santa Rosa de Lima, onde não há operários trabalhando, já teve a ordem de serviço liberada. O trecho São Martinho/São Bonifácio até agora só recebeu verba de R\$ 1 mil. E ainda tem Tubarão/Praia da Guarda, apenas para citar algumas", relacionou. O parlamentar informou ainda que fez pedido de informação para que sejam esclarecidos também os repasses de subvenção social a duas entidades, que, segundo ele, não foram noticiados e ninguém conhece tais instituições beneficiadas. "Em Jaguaruna, foram destinados R\$ 300 mil e em Laguna R\$ 100 mil". (TM/TK/SD)

Boppré e Blasi falam de incêndio na capital

O incêndio que destruiu a ala mais antiga do Mercado Público Municipal de Florianópolis, no dia 19, revelou a precariedade dos equipamentos utilizados pelo Corpo de Bombeiros do Estado, segundo opinião do deputado Afrânio Boppré (PT). "Se dependesse apenas dos equipamentos da corporação, talvez todo o prédio tivesse sido prejudicado", declarou. A Infraero emprestou equipamentos próprios para auxiliar no combate ao fogo. "Se na capital temos uma situação desse tipo, imaginem no interior", questionou Afrânio.

Na sessão plenária de terça-feira (23), o deputado sugeriu que seja enviado um requerimento ao governador Luiz Henrique da Silveira, solicitando uma avaliação. "A partir das cinzas do mercado, vai o alerta para o governador revitalizar o Corpo de Bombeiros", disse Afrânio, ao mesmo tempo em que elogiou a atuação de todos os integrantes da corporação.

Na tarde de quarta-feira (24), o líder do governo, deputado João Henrique Blasi (PMDB), foi à tribuna para elogiar o trabalho da corporação no



Deputado Afrânio Boppré



Deputado João Henrique Blasi

incêndio. Blasi relatou que o fogo foi avistado às 8h25min, por um policial militar, e em apenas quatro minutos o primeiro carro de bombeiros já havia chegado. Mais 11 viaturas foram deslocadas depois de constatada a gravidade do incêndio, em que atuaram 80 militares. "Houve apenas as perdas materiais. Nenhuma vítima, nenhum acidente em serviço", concluiu o peemedebista.

Reeleição - Ao comentar entrevista do governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB) a um jornalista que acompanhava a comitiva oficial em viagem ao Chile, o deputado Afrânio

Boppré (PT) classificou de impróprias as declarações de que o presidente Lula não deveria concorrer à reeleição em 2006.

"Ele disse que apoiou Lula na eleição à Presidência da República, mas não foi isso. Foi Lula quem apoiou Luiz Henrique. É uma contradição. Se ele tivesse orientado a bancada governista sobre investigações na CPI do Bolshoi, poderia fazer a sugestão de que Lula não concorresse. Nós é que podemos sugerir que o governador não concorra à reeleição, pois não reúne condições morais para isso", disse com veemência. (MAP/RMPP)

DOS GABINETES

Pelo fim dos rachas

A preocupação com os graves acidentes provocados pela imprudente "brincadeira" dos rachas automobilísticos fez com que o deputado Cesar Souza (PFL) encaminhasse moção ao Plenário solicitando ao governador Luiz Henrique da Silveira "medidas urgentes e repressivas" para combater esta infração de trânsito.

O parlamentar lembra que estes delitos constituem infrações gravíssimas e crimes em espécie, conforme o Cód-

igo de Trânsito Brasileiro (Capítulo XV, Art.174 e Capítulo XIX, art.308). "Além disso, traz perigos constantes, com riscos de morte para as pessoas que, de um jeito ou de outro, estão próximas ou participam da brincadeira.

Somente a rígida aplicação de penalidades, enfatiza o parlamentar, imposta pelo referido instrumento legal, inibirá a insensatez praticada pelos transgressores", conclui. (Liderança do PFL)

Plebiscito

O projeto que propõe a realização de plebiscito para os eleitores catarinenses opinarem sobre a atribuição de valor econômico à água, do deputado Afrânio Boppré (PT), recebeu apoio da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) Regional Sul IV. Em documento encaminhado ao parlamentar, os 10 bispos que o assinam dizem: "Nós, bispos da Igreja Católica em Santa Catarina, somos favoráveis que a água seja um bem público, patrimônio da humanidade - portanto, sem valor econômico". A população, dizem os

signatários, "deve ser chamada para dar seu parecer sobre assunto de tal importância em sua vida".

Nesta semana, o deputado Celestino Secco (PP), relator do projeto na Comissão de Constituição e Justiça, deu voto favorável ao prosseguimento de sua tramitação, enquanto o deputado João Henrique Blasi (PMDB), líder do governo no Legislativo, votou contra. Entre os argumentos para justificar o voto, Blasi afirma que não se trata de taxaço, mas sim de uma "cobrança pelo uso de um bem público". (CR)

Projeto derruba exigência de TEF

Com o objetivo de desobrigar os micro e pequenos comerciantes a instalarem o aparelho de TEF (Transmissão Eletrônica de Fundos), equipamento que repassa ao fisco informações relativas às transações comerciais, o deputado José Carlos Vieira (PFL) apresentará projeto de lei juntamente com outros parlamentares. Ele informou que a proposta, semelhante à de outros estados brasileiros, obriga as administradoras de cartão de crédito ou de débito em conta corrente e demais estabelecimentos a prestarem informações relativas às transações comerciais realizadas por consumidores que utilizam os referidos cartões.

Segundo o deputado, no dia 13 de julho foi assinado um acordo entre deputados estaduais e a Secretaria



Vieira: exigência prejudica SC

ria Estadual da Fazenda, liberando a obrigatoriedade de integração do cartão de crédito ao equipamento emissor de cupom fiscal para os contribuintes com faturamento bruto anual de até R\$ 540 mil, sob as seguintes condições: autorizar as administradoras de cartão de crédito a fornecer as informações das vendas

realizadas, bem como os contribuintes com faturamento bruto anual superior a R\$ 120 mil, que deverão estar com o equipamento instalado de acordo com a legislação vigente.

Também ficou acordado que será liberada, pelo prazo de 120 dias, a integração do cartão de crédito no equipamento emissor para os contribuintes com faturamento bruto anual entre R\$ 540 mil e R\$ 1,2 milhão.

Vieira disse que está surpreso com o envio aos empresários, por parte da Delegacia da Receita de Joinville, da obrigatoriedade da instalação do equipamento, sob pena de punição. O deputado ressaltou que tal comunicado não tem validade. (MOR)

Dionei resgata discursos de Goetten

O deputado Dionei Walter da Silva (PT) leu em Plenário trechos de discursos do deputado Nelson Goetten (PFL) em que este critica o governo de Luiz Henrique da Silveira (PMDB). Os discursos foram resgatados na taquigrafia da Assembléia Legislativa e são do ano de 2003, quando Goetten fazia oposição ao governador. "Hoje, ele faz elogios ao governo estadual", assinalou Dionei.

Em 30 de abril de 2003, Goetten declarou: "Com relação a essas secretarias, a sociedade vai ter uma boa oportunidade para viver uma das maiores desgovernabilidades a serem implantadas em toda a história de Santa Catarina. Vai ser a república de alguns, a republiqueta de famílias e de ações po-



Petista leu transcrições taquigráficas

litiqueiras produzidas e patrocinadas pelo PMDB, consorciada com o PSDB e avalizada de forma vergonhosa".

Em aparte, a deputada Ana Paula Lima (PT) afirmou que "onde há governo, independente de quem governa, o PFL está do lado.", endossada pelos colegas de bancada, Paulo Eccel e Vanio dos Santos em discursos na

sessão seguinte.

Respeito - Com a ausência de Goetten durante estes debates, o líder do PFL, deputado Antônio Ceron, manifestou-se na sessão plenária de quinta-feira (25). Ele ponderou que cada parlamentar tem o direito às suas opiniões e que os debates devem ser pautados pelo respeito entre todos. (MAP)

Cerimônia reconhece defensores da cidadania e diversidade

Denise Arruda Bortolon

Para homenagear pessoas físicas e jurídicas que em suas atividades destacam-se na defesa dos direitos da comunidade de gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros, por proposição do deputado Lício Mauro da Silveira (PP) foi realizada na noite do dia 18 a primeira sessão solene para a entrega do Troféu de Respeito à Cidadania e à Diversidade, instituído em 2004 através de proposição do progressista. Na primeira edição foram distribuídos 31 troféus, que têm a forma do mapa do Estado, com uma mão espalmada sobre um arco-íris.

Fizeram parte da mesa o presidente da sessão, deputado Lício Mauro, Rose Berger, primeira dama da capital, Márcia Júlia Floriano, presidente da AGLBT (Associação de Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros de Santa Catarina), Rosane Maria Dalsasso, representando a re-

gional do Ministério da Cultura no Rio Grande do Sul, Karla Camurasi, primeira travesti de Santa Catarina, e os deputados Dionei Walter da Silva (PT) e Nilson Nelson Machado - Duduco (sem partido).

O deputado Lício defende a eliminação de todas as formas de preconceito e respeito à opção sexual de cada cidadão e cidadã, inserindo igualitariamente na sociedade. Uma grande vitória, lembrou o parlamentar, foi a iniciativa da Unimed de Blumenau, cujo plano de saúde familiar é aberto à inclusão do parceiro (a), sem discriminação, pelo titular. "O desprezo pela capacidade, inteligência e pelas relações de trabalho, e a conclusão de meus questionamentos levaram-me a abraçar a causa, objeto desta sessão", sintetizou Lício.

Dionei falou sobre as políticas para o combate à desigualdade e à discriminação. "Aqui mesmo na Assembleia Legislativa sofremos derrotas ao reivindicar mais aten-

ção do Estado para as comunidades de gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros. Foi assim quando da apresentação pela Comissão de Legislação Participativa, que eu presidia no ano passado, do projeto de instalação de Delegacias Especializadas para Homossexuais. O governo do Estado considerou o tema de pouca relevância e simplesmente rejeitou a proposta", comentou.

Autor do Projeto de Lei nº 118/05, que dispõe sobre a concessão de benefícios previdenciários (pensão) ao companheiro ou companheira homossexual de funcionários públicos estaduais, o deputado Duduco torce para que, em poucos dias, a proposta seja aprovada. "O deputado João Henrique Blasi (PMDB), relator do projeto e líder do governo na Assembleia, está melhorando a minha proposição para que possa vir a Plenário, já que há algumas inconstitucionalidades", informou. Homossexual assumido, Duduco agradeceu o respeito dos demais 39 deputados da Casa.



Deputado Lício Mauro e Rose Berger



Rosane Maria Dalsasso e Dionei Walter da Silva



Deputado Duduco e o representante de VLP - Black Spin

Troféu é uma conquista

"Há exatamente um ano conseguimos fazer a entrega de um troféu simbólico intitulado Respeito à Cidadania e à Diversidade, aqui na Alesc. Mais que um espaço, foi antes de tudo uma conquista de um grupo minoritário. Os secretários das Comissões de Legislação Participativa e a de Segurança Pública nos deram as dicas para chegarmos até os parlamentares, e daí buscar espaço que reivindicávamos", rememorou Márcia Júlia Floriano, presidente da AGLBT.

Após o evento de 2004, a associação recebeu diversos e-mails e telefonemas de pessoas e entidades prontificando-se a ajudar. "Entre promessas e promessas, um dos parlamentares desta Casa abraçou a nossa causa inteiramente, o deputado Lício,

que é o autor do Projeto de Resolução 13/04, aprovado em 14 de dezembro de 2004, que instituiu o troféu Respeito à Cidadania e à Diversidade".

Sem que houvesse intenção, o Poder Legislativo catarinense tornou-se pioneiro no país. "Bem sabemos que a caminhada é árdua e muito ainda terá que ser feito para que o respeito à cidadania e à diversidade deixe de ser um troféu para ser uma atitude da própria sociedade", concluiu.

Em nome dos homenageados, Tiago Silva, assessor de marketing e eventos da Secretaria de Turismo, Cultura e Esporte de Florianópolis, agradeceu o prêmio. "Quando recebemos um prêmio deste valor, im-

portância e sentido das mãos do poder público, reconhecemos que não é sempre que a hipocrisia e o preconceito são divulgados para desmerecer o ser humano na beleza e nobreza de suas características inerentes. São milhões de pessoas no mundo que são reconhecidas através deste gesto simbólico, mas real".

Para ele, este prêmio é um reforço e incentivo a toda uma população que é discriminada e desrespeitada. "É uma inspiração para que busquemos, nas gavetas dos gabinetes desta Assembleia, o Programa Estadual de Direitos Humanos de Santa Catarina, que desde 1998 não encontrou aprovação ou apreciação para que fosse encaminhado ao conhecimento da população".

Homenageados

- Beto Stodieck - representado por Ricardinho Machado - *Prêmio In Memoriam*
- Ivair Augusto dos Santos - *Prêmio Direitos Humanos*
- Deputado Lício Mauro da Silveira (PP) - *Prêmio Ação Política*
- Sônia Maria Polidório Pereira - *Prêmio Saúde*
- Jornal A Notícia - representado por Fabiana de Liz - *Prêmio Editorial*
- VLP - Black Spin - representado por Anderson Luiz - *Prêmio Cultura*
- Teresa Adada Sell - *Prêmio Literatura*
- Allan Braga - *Prêmio Rádio*
- Fabiana de Liz - *Prêmio Destaque Jornalístico*
- Grupo Teatral Independente - representado por Valdir Dutra - *Prêmio Teatro*
- Site Saplóide - representado por Pricilla Mattos - *Prêmio Site*
- The Pub - *Prêmio Point*
- Drag Queen Aguilera - *Prêmio Revelação 2005*
- Tiago Silva - *Prêmio Talento Gay 2005*
- Dandara Rangel - *Prêmio Showbusiness*
- Kit Kitana - *Prêmio Drag Queen 2005*
- TV AL (Alesc) - *Prêmio TV*

Prêmio Amigos da AGLBT/SC

- Cláudia Boeira
- Raul Sartori
- Cia Verde (Patrícia Stanislau)
- Nosso Posto (Úrsula Barros)
- Comissão de Legislação Participativa (Deputado Francisco de Assis)
- Comissão de Segurança Pública (Deputado Dionei Walter da Silva)
- Deputado Julio Garcia
- Coronel Jorge Luiz Freitas
- Coral da Alesc (Reginaldo Osvaldo da Silva)
- Silvia Régia Chaves de Freitas Simons
- Rosemeri Berger

Prêmio Especial

- Rosana Brasca Cajuella
- Elisabete Silveira
- Ministério da Cultura, representado por Rozane Maria Dalsasso (DAB)